



SISTEMA TARIFARIO ÁGUAS DE SANTIAGO

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÓMICA

Janeiro 2015



DOMÍNIO DE REGULAÇÃO

Proposta elaborada por Técnicos de Regulação

Leodmilo Vieira (Coord)

Lenine Pereira

Evandro Delgado

Evaristo Fernandes

Av. Cidade de Lisboa
C.P. N.º 785 – Praia
Tel.: 2600430
Fax: 2611440
E-mail: are@are.cv
Internet: <http://www.are.cv>

INDICE

I - Introdução	5
II. Enquadramento Legal	7
III. Metodologia	9
IV. Pressupostos Técnicos e Economicos	10
V. Resultados Exploração.....	13
VI. Sistema Tarifário	16
VII. Conclusão.....	19
VIII. Referências.....	20

INDICE QUADROS E GRAFICOS

Quadros

Quadro 1: Evolução População Residente – Ilha Santiago (2012-2020)10**Erro!**

Marcador não definido.

Quadro 2: Evolução População Servida Água - Ilha Santiago (2012-2020)
.....10

Quadro 3: Evolução da captação de abastecimento de água - MMU de Santiago 11

Quadro 4: Evolução Recursos Humanos 12

Quadro 5: Estimativas Gastos Águas de Santiago 14

Quadro 6: Balanço Resultados Exploração Águas Santiago 15

Quadro 7: Sistema Tarifário Proposto 18

Gráficos

Graf: 1 – Evolução Perdas (2015-2020) 11

Graf: 2 – Cabo Verde: Inflação (2011-2020) 12

I-INTRODUÇÃO

O sector da Água e Saneamento é um dos sectores estratégicos do Governo de Cabo Verde. Neste sentido, o Governo, com o apoio do MCC (*Millennium Challenge Account*)¹, vem empreendendo um conjunto de reformas no sector de água e saneamento, objetivando principalmente, a melhoria dos níveis de serviços de água e saneamento.

A reforma das operadoras Municipais de Água e Saneamento mostra-se como prioridade e constitui uma das componentes do Projeto Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene – WASH², parte integrante do Millennium Challenge Account II (MCA- Cabo Verde II). Esta componente comporta a transformação dos Serviços Autónomos de Água e Saneamento (SAAS) em Empresas Municipais ou Intermunicipais, particularmente, o apoio na criação da Empresa Intermunicipal de Água e Saneamento de Santiago - Águas de Santiago.

A Empresa Águas de Santiago é resultado das negociações entre o Governo e as Autarquias dos municípios da ilha de Santiago visando dar seguimento ao modelo da empresarialização do sector de água e saneamento em Cabo Verde. O objetivo principal da criação da empresa Águas de Santiago é garantir a distribuição de água em melhor qualidade e quantidade adequada, a preços acessíveis a todos, garantindo a sustentabilidade da empresa.

Atendendo a transição da prestação dos serviços de distribuição de Água e Saneamento das SAAS de Santiago para a Empresa Águas de Santiago e a necessidade da entrada em funcionamento da empresa é de suma importância determinar um novo sistema tarifário de água e saneamento na ilha de Santiago. A determinação das tarifas

¹ O programa do Segundo Compacto do MCA-Cabo Verde II inclui o valor de 41,1 milhões de dólares para financiamento do **Projeto de Água, Saneamento e Higiene (WASH)**. O Projeto foi concebido para apoiar a reestruturação do sector de água e saneamento, através de uma reforma, que para além de outras atividades, pretende estabelecer uma base institucional financeiramente sólida, transparente e responsável para a prestação de serviços de água e saneamento às famílias e empresas cabo-verdianas.

² O projeto WASH, foi criado para apoiar a reestruturação do sector de água e saneamento, através de uma reforma que para além de outras atividades, pretende estabelecer uma base institucional financeiramente sólida, transparente e responsável para a prestação de serviços de água e saneamento às famílias e empresas cabo-verdianas.

de água e saneamento é de extrema relevância pois deve assegurar a recuperação dos custos eficientes incorridos pela operadora na prestação de serviço, bem como, garantir o uso racional da água por parte dos consumidores e a equidade socioeconómica dos agregados residentes na ilha de Santiago.

As tarifas de água podem ser definidas como “o preço dos serviços de distribuição de água potável, cobrado periodicamente ou por quantidades fixas, pelos concessionários de tais serviços” (Decreto nº 167/87, de 31 de Dezembro). As tarifas dos serviços de água constituem o instrumento correntemente utilizado para obter os rendimentos que os operadores recebem dos seus clientes pelos serviços prestados e que lhes permitem fazer face aos gastos ocorridos (EBES, 2013).

Assim, a presente proposta tem como principal objetivo definir um sistema tarifário temporário e único para Águas de Santiago. Pretende-se com esta proposta apresentar as razões técnica e económica do tarifário a ser aplicado aos utilizadores finais dos serviços de água na ilha de Santiago, quer no que respeita à sua estrutura, quer no que respeita aos seus valores.

Para realização desta proposta foram considerados documentos estratégicos como o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PENAS), bem como vários estudos anteriormente produzidos, nomeadamente o “Estudo Tarifário do Sector da Água e Saneamento”, realizado pela “EBES”, em que se examinou os tarifários do sector de água e saneamento de Cabo Verde, o “Estudo da Viabilidade Económica do Sector de Água e Saneamento” (Estudo de Viabilidade Económica), em que se procurou avaliar a sustentabilidade e as principais necessidades financeiras do sector. A recolha e atualização de informações, para efeito desta proposta, procederam de diversas fontes, dentre as quais, a base de dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), documentação oficial dos operadores dos SAAS e, particularmente, por meio do preenchimento de um informe com informações dos diferentes SAAS quanto ao perfil do operador, perfil do sistema de água e informações comerciais e financeiras vigentes dos SAAS, mais atuais possíveis (2009 a 2014).

II – ENQUADRAMENTO LEGAL

Na elaboração desta proposta foram tido em conta os seguintes documentos e normas legais:

- **Código de Água (Lei nº41/II/84 de 18 de Junho)**, com alterações no **Decreto-Legislativo nº 5/99 de 13 de Dezembro**, que, entre outras questões, estabelece o regime tarifário dos recursos hídricos e atribuições da Agência de Regulação em matérias de fixação de tarifas.

- **Decreto-Lei n.º 75/99 de 30 de Dezembro** que estabelece o **Regime Jurídico de Licença ou Concessões de Recursos Naturais**, aplicável a todos os serviços e atividades relacionados com a produção, distribuição e serviços de recolha de água residual. Dentre outras questões tarifárias, o diploma prevê no seu artigo 51º que:

- a) As tarifas deverão ser estabelecidas num nível que garanta ao concessionário uma oportunidade de recuperar custos contraídos na prestação do serviço e outros encargos previstos neste diploma e demais leis aplicáveis, de modo a garantir ao concessionário um lucro proporcionado com os riscos assumidos;
- b) As tarifas deverão ser formuladas de modo a fornecer incentivo suficiente para promover eficiência e o uso racional da água;
- c) Os reajustes tarifários, quando executados, deverão ser concretizados de forma a minimizar perturbações económicas;
- d) As tarifas devem ser indexadas de modo a refletir mudanças nos preços dos bens e serviços no país. Alterações significativas no índice de preços ao consumidor devem ser refletidas proporcionalmente nos ajustes feitos às tarifas;
- e) As tarifas devem refletir os custos do fornecimento de um serviço às várias classes de consumidores abrangidos pelas tarifas e os custos associados à operação de bens onde o concessionário não investiu ou dos que tenham sido doados ao Estado.

Com relação a categorias de tarifas, o decreto n.º 75/99, de 30 de Dezembro, nos seus artigos 55º (categorias tarifárias) e 56º (categorias de clientes) estabelece que:

- a) A Agência de Regulação tem autoridade para decidir a área onde as tarifas deverão ser uniformes por categoria;
- b) Agência de Regulação tem autoridade para criar categorias de consumidores baseados em zonas comuns de custos do serviço;

- c) A Agência de Regulação poderá dividir clientes em categorias para diferenciar preços;
- d) A separação de categorias deve refletir as diferenças no uso de água e custo do serviço. As categorias de clientes podem discriminar consumidores do tipo residencial, comercial, agrícola, industrial e outros;
- e) Os clientes poderão, com prévia aprovação da Agência de Regulação, celebrar contratos especiais com concessionários ou licenciados;
- f) A aprovação prevista nos termos do número anterior, só será concedida em casos onde a Agência de Regulação esteja segura que, o custo de fornecer o serviço não é representado em nenhuma categoria de clientes referida neste artigo.

Quanto as regras de cálculo, o decreto estabelece no seu Artigo 57º que a Agência de Regulação deve apurar os custos e rendimentos entre as diferentes categorias a fim de estabelecer as tarifas e deve separar as tarifas em elementos fixos e variáveis. No seu artigo 58º determina que as tarifas para cada categoria de cliente deverão refletir no máximo possível, o custo total de fornecer um serviço a essa categoria. Ao mesmo tempo, no seu artigo 59º sobre valoração, prevê que as tarifas e outros encargos devem, de preferência, ser fornecidos sobre uma base volumétrica ou outra medida aprovada pela Agência de Regulação.

Decreto-Lei n.º 26/2003, de 25 de Agosto, que cria a ARE e **Decreto-Lei n.º 27/2003**, de 25 de agosto, que aprova os Estatutos da ARE. O diploma n.º 27/2003, no seu Artigo 11º, sobre a competência quanto a preços e tarifas, estabelece que compete a ARE estipular tarifas e preços consistentes com as leis e regulamentos aplicáveis.

III – METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração desta proposta respeitou as seguintes fases:

1. Recolha e atualização de informações sobre o sector de água:

Nesta fase procurou-se explorar as informações disponibilizadas pelos diferentes SAAS da Ilha de Santiago, com as fontes, documentos estratégicos do sector de água e estudos prévios como o Estudo de Viabilidade Económica da EBES. Para esta fase foi pedido aos operadores que preenchessem um questionário, antes efetuado pela consultora “EBES” com dados atualizados do sector de água, em particular, dados de 2012 a 2014.

2. Estabelecimento Sistema Tarifário:

Nesta fase procedeu-se a definição e construção da proposta tarifária a ser aplicada pela empresa Águas de Santiago.

IV – PRESUPOSTOS TECNICOS E ECONOMICOS

1. Pressupostos Técnicos

- *Evolução do número de População*

Os pressupostos adotados em relação a evolução da população da ilha de Santiago baseiam-se no CENSO 2010, nas projeções Demográficas de 2010/2030 efetuadas pelo INE, bem como nas informações contidas no PENAS. Assim, em 2012, a ilha de Santiago possuía cerca 279 mil habitantes, 63 392 agregados familiares, o que indicava o tamanho médio dos agregados familiares de 4,4 pessoas. As projeções demográficas de Cabo Verde realizadas pelo INE, para os anos 2015 a 2020, indicam que a população da ilha de Santiago deveria aumentar progressivamente pelo que se presumiu uma taxa de crescimento anual da população de 1,4%.

Quadro1: Evolução População Residente – Ilha Santiago (2012-2020)

Ilha Santiago	2012	2013	2014	2015	2020
População Residente	279.113	283.080	287.103	291.183	312.469
Fonte: INE, PENAS					

Em termos de abastecimento de água à população, em 2015, 212.447 pessoas estariam servidas através da rede, enquanto 78.735 da população beneficiariam de abastecimento servida em outras fontes. Para 2020, a população servida através da rede pública ascenderá a 274.218, enquanto a população abastecida por outras fontes diminuirá para 38.250.

Quadro 2: Evolução População Servida Agua – Ilha Santiago (2012-2020)

MMU Santiago	2012	2013	2014	2015	2020
População Servida na Rede	191798	196789	201882	212447	274218
População Abastecida outras Fontes	87315	86291	85220	78735	38250

Fonte: MEF EBES

- *Evolução da capitação*

Atualmente, estima-se que a capitação de abastecimento de água para consumo público na rede em Santiago esta próxima dos 41 litros por habitante ao dia. E, conforme o PENAS, prevê-se até 2020 um mínimo de 60 litros por habitante ao dia.

Quadro 3 – Evolução da capitação de abastecimento de água - MMU de Santiago

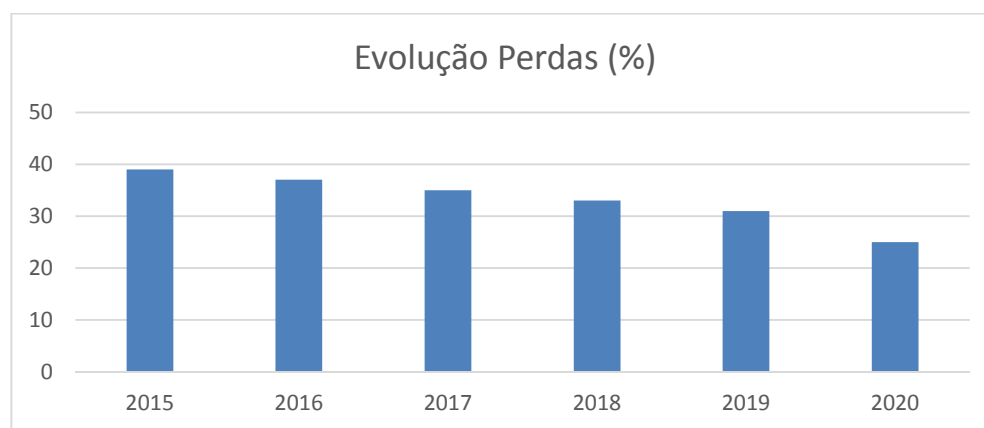
MMU Santiago	2012	2013	2014	2015	2020
Captação Rede (l/hab.dia)	34	34	38	41	60
Captação Outros (l/hab.dia)	7	7	8	8	12

Fonte: MEF EBES, PENAS

- *Evolução Perdas*

Em 2015, prevê-se que o nível de perdas devesse situar-se na ordem dos 39%. Considerando o combate as perdas, os investimentos que se irão realizar no ramo das infraestruturas de abastecimento de água e o melhoramento na administração dos sistemas em Santiago, de acordo com o Plano Estratégico, as perdas devem situar-se nos 25%.

Graf 1 – Águas Santiago – Evolução Perdas (2015-2020)



Fonte: MEF EBES/PENAS

- *Evolução Recursos Humanos*

Quanto aos valores de evolução do número de pessoal afeto ao serviço de abastecimento de água, em 2011, foi de 621, ou 15 trabalhador por cada 1000/clientes. Em termos de metas, perspetiva-se que, em 2020, estes indicadores venham a diminuir para 366 trabalhadores, ou 6 por cada 1000/clientes.

Quadro 4: Evolução Recursos Humanos

Recursos Humanos/MMU Santiago	2011	2012	2013	2014	2015	2020
n.º	621	641	657	593	549	366
n.º/1000 cl.	15	15	15	13	11	6

Fonte: MEF EBES/PENAS

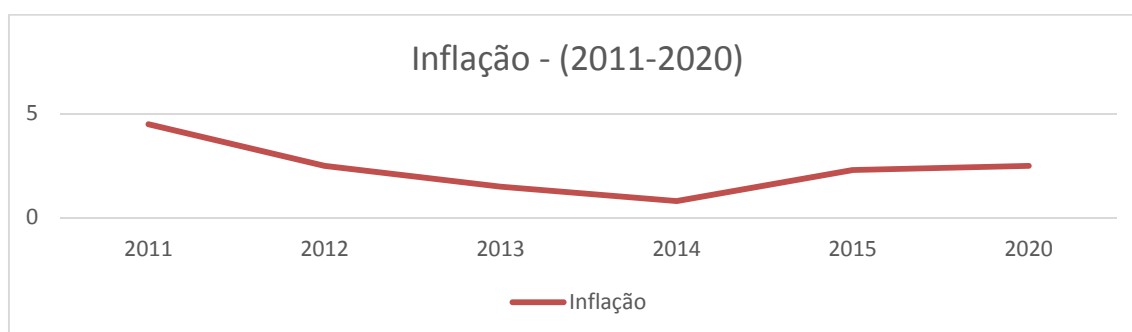
- *Evolução Gastos*

Em relação a evolução do total dos gastos para a Águas de Santiago, perspectiva-se que a compra de água dessalinizada seja um item importante da operadora. O preço da compra de água à empresa produtora, que neste caso perspectiva-se que Seja a ELECTRA, projeta-se para 200 ECV/m³. Todavia, objectivando a eficiência na prestação de serviço, o custo com a compra de água segue uma trajetória descendente até 2020 com uma redução total de 20%., Quanto aos gastos com a eletricidade constitui um dos itens que maior contribuí para a estrutura dos gastos totais da operadora que recorre a eletricidade para captação/tratamento de água para consumo humano. A meta para 2020 em termos de redução de custos de eletricidade é de 20%.

- *Evolução Inflação*

A previsão do IPC foi considerada tendo em conta o histórico e a previsão da sua evolução feita pelo INE. Em 2014, a inflação situou-se em 0,4%. No que se refere as perspectivas para a inflação para 2015, segundo o INE, devera situar-se em média em 1,5%, tendo em conta o aumento da produtividade nacional e a evolução dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e não energéticas. As previsões para o período 2015 a 2020, apontam para uma inflação média à volta de 2,5%.

Graf. 6 – Cabo Verde: Evolução Inflação (2011-2020)



Fonte: INE

- *Financiamento*

Tratando-se de financiamento considerou-se o FASA (Fundo de Água e Saneamento), que tem como objetivo financiar inúmeras e necessárias melhorias de capital nas infraestruturas e no sector de água e saneamento.

V – RESULTADOS EXPLORAÇÃO

1- Gastos de Exploração

Os gastos associados a prestação de serviços de água e saneamento pela operadora Águas de Santiago devem ser objeto de recuperação através do sistema tarifário proposto. As categorias principais de gastos considerados são as seguintes:

- *Compra de Água:*

Estes gastos compreendem a compra de água em ‘alta’ a outras empresas, nomeadamente a Electra ou empresas que poderão surgir.

- *Pessoal:*

Os gastos com pessoal dos serviços incluem todos os gastos dos SAAS (Distribuição e comercialização), com recursos humanos, designadamente, entre outros, as remunerações base, o trabalho extraordinário, os abonos de falhas, as gratificações e a formação/capacitação.

- *Energia:*

Estes gastos estão relacionados com a energia consumida nas estações elevatórias e nas restantes instalações da operadora no abastecimento de água. Optou-se por separar os gastos com eletricidade dos gastos com combustíveis e lubrificantes, de modo a perceber qual a real necessidade de recursos da empresa. Os gastos com combustíveis e lubrificantes têm em consideração os gastos com gásóleo, gasolina, outros combustíveis, reagentes e outros fluidos.

- *ANAS/INGRH:*

A taxa ANAS/INGRH representa um gasto referente à captação de água subterrânea através de furos.

• *ARE (Fee de Regulação)*: A taxa ARE representa, um valor que as entidades reguladas transferem para a ARE relacionado com um percentual de receita da operadora (não deve ultrapassar 0,75% da receita da operadora).

O quadro 5, mostra a estimativa de gastos para o período de 2015-2020. De salientar que, a estimativa dos gastos também tem por base os princípios de eficiência como a redução do nível de perdas de água, a redução do custo de compra de água, eletricidade e a diminuição do custo com o pessoal.

Quadro 5: Estimativa Gastos Águas de Santiago 2015-2020
(000 CVEs)

Águas Santiago	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gastos	-1 122 539	-1 269 902	-1 427 902	-1 597 749	-1 780 870	-1 918 757
Compra de água ADA	0	0	0	0	0	0
Compra de água Dessalinizada	-589 095	-641 295	-694 548	-749 013	-804 836	-816 168
Pessoal	-213 770	-204 914	-196 431	-188 293	-180 481	-169 160
Eletricidade	-59 163	-67 504	-76 618	-86 562	-97 392	-105 297
Combustíveis e lubrificantes	-16 744	-17 967	-19 150	-20 295	-21 401	-19 746
Conservação e manutenção	-33 333	-43 323	-56 201	-72 776	-94 074	-121 402
INGRH/ANAS	-41 321	-46 534	-52 136	-58 163	-64 653	-67 824
ARE (Fee de regulação)	0	0	0	0	0	0
Outros	-41 900	-42 005	-42 110	-42 215	-42 321	-42 427
Amortizações, depreciações e rever:	-127 213	-206 360	-290 708	-380 432	-475 713	-576 735

Fonte: MEF – Águas Santiago/ Elaboração própria

2- Balanço Exploração

O quadro 6, mostra o balanço de resultados de exploração para a Águas e Santiago, incluindo as receitas a serem garantidas pelo novo tarifário proposto. A estrutura das receitas associada a Águas de Santiago é baseada nas receitas operacionais. As receitas operacionais são provenientes das seguintes vendas: Tarifa variável (Domésticos; Não-domésticos; Chafariz; Autotanque I; Autotanque II); Tarifa fixa; Tarifa de Saneamento; Outras prestações de serviços (ligação a rede por novo contrato, religação por falta de pagamento, aferição de contadores, vistoria e outros).

Quadro 6: Resultados Exploração

Águas de Santiago

(Valores a preços correntes)

	Unidades	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Demonstração de resultados	000 ECV						
Rendimentos tarifários		1 076 661	1 208 666	1 350 376	1 502 478	1 665 691	1 840 447
Variável - Domésticos		704 037	817 315	941 578	1 077 534	1 225 918	1 387 497
Variável - Não domésticos		187 692	200 645	213 012	224 805	236 038	246 727
Variável - Chefaria		35 397	33 074	29 674	25 151	19 460	13 686
Variável - Autotanque I		5 320	5 761	6 198	6 629	7 055	6 569
Variável - Autotanque II		3 159	3 421	3 680	3 936	4 189	3 901
Tarifa fixa		141 055	148 449	156 234	164 424	173 031	182 068
Tarifa - Saneamento		0	0	0	0	0	0
Outros Prestações de Serviços		64 569	66 184	67 838	69 534	71 272	73 054
Volume de negócios		1 141 230	1 274 850	1 418 214	1 572 013	1 736 963	1 913 502
Compra de água ADA		0	0	0	0	0	0
Compra de água Dessalinizada		-589 095	-641 295	-694 548	-749 013	-804 836	-816 168
Pessoal		-213 770	-204 914	-196 431	-188 293	-180 481	-169 160
Eletricidade		-59 163	-67 504	-76 618	-86 562	-97 392	-105 297
Combustíveis e lubrificantes		-16 744	-17 967	-19 150	-20 295	-21 401	-19 746
Conservação e manutenção		-33 333	-43 323	-56 201	-72 776	-94 074	-121 402
INGRH/ANAS		-41 321	-46 534	-52 136	-58 163	-64 653	-67 824
ARE (Fee de regulação)		0	0	0	0	0	0
Outros		-41 900	-42 005	-42 110	-42 215	-42 321	-42 427
EBITDA		145 904	211 308	281 020	354 696	431 806	571 480
Amortizações, depreciações e reversões		-127 213	-206 360	-290 708	-380 432	-475 713	-576 735
Subsídios à exploração		0	0	0	0	0	0
Reconhecimento subsídios ao investimento		50 222	89 795	131 969	176 831	224 472	274 983
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0	0	0	0
Resultados operacionais		68 913	94 743	122 282	151 095	180 565	269 727
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados		-52 500	-70 000	-70 000	-105 000	-105 000	-140 000
Resultados antes de impostos		16 413	24 743	52 282	46 095	75 565	129 727
Imposto sobre o rendimento		-3 283	-4 949	-10 456	-9 219	-15 113	-25 945
Resultado líquido do exercício		13 130	19 794	41 825	36 876	60 452	103 782

Fonte: MEF Águas Santiago/Elaboração própria

Como é possível observar com base nas tarifas propostas, os rendimentos estimados deverão cobrir os custos estimados da empresa “Águas de Santiago”. O resultado de exercício devera apresentar valores positivos a partir de 2015 o que significa que a nova estrutura tarifaria devera ser suficiente para dar o equilíbrio ao sector de água e saneamento e a Águas de Santiago.

Em geral, o indicador EBITA que representa o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais (lucro antes dos juros, impostos,

depreciação e amortização) deverão ser sempre positivo no período 2015 a 2020. Quanto ao resultado líquido de exercício devesse apresentar resultados positivos com rendimentos superiores aos gastos.

VI – SISTEMA TARIFARIO

A presente proposta tarifária, além de ter em consideração os resultados obtidos pelo estudo sobre a disponibilidade/capacidade dos utilizadores em pagar pelos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e os atuais sistemas tarifários dos operadores, terá ainda de garantir o cumprimento dos pressupostos constantes do Estudo de Viabilidade Económica feito pela EBES, quer em relação à cobertura dos gastos de prestação dos respetivos serviços, quer relativamente à execução do plano de investimentos definido.

Assim, propõe-se um sistema tarifária bipartido por escalões crescentes e por regime de escalão preenchido, com três tipos de utilizadores, designadamente os utilizadores “domésticos Normal”, “domésticos Família Numerosa³ e “não-domésticos”.

A estrutura tarifária irá compreender uma tarifa fixa (unitária e definida em função da natureza do utilizador e do diâmetro do contador) e uma tarifa variável, estabelecida através de escalões crescentes.

O sistema tarifário para os utilizadores domésticos normal e doméstica família numerosa, compreendem 3 escalões, sendo em ambos os casos, o primeiro escalão assume um valor abaixo do correspondente custo médio, isto com o objetivo de salvaguardar o acesso dos utilizadores com perfil de menor consumo (tipicamente os utilizadores mais vulneráveis) aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a um preço mais acessível.

O segundo escalão, entre 5 a 10 m³, compreende uma tarifa ligeiramente superior ao custo médio. E, por fim, o terceiro escalão, acima de 10m³, com uma tarifa mais elevada, destinada aos utilizadores com maior perfil de consumo e maior capacidade financeira, que tem por objetivo subsidiar, sobretudo, o primeiro escalão.

Quanto à tarifa fixa dos utilizadores domésticos, esta também compreende uma distinção em função do diâmetro do contador que o utilizador tem instalado, dado que

³ Entende-se por **famílias numerosas**, famílias com cinco ou mais elementos, nomeadamente um casal com três ou mais filhos (desta relação ou de outros relacionamentos), sendo que estes têm de estar a viver no agregado familiar junto das figuras parentais.

também induz variações sobre o perfil de consumo, admitindo uma tarifa fixa mais reduzida para o utilizador que detenha um contador com menor calibre. Este princípio foi igualmente adotado para os utilizadores não-domésticos, cujo objetivo é de salvaguardar os interesses do “pequeno” comércio/indústria, sendo subsidiado pelos grandes utilizadores e que, como tal, necessitam de um calibre de contador maior.

Relativamente aos utilizadores não-domésticos, tendo como objetivo facilitar o processo de faturação e categorização dos utilizadores, optou-se por agregar na mesma tipologia os utilizadores como o estado, as autarquias locais, pessoas coletivas públicas e empresas públicas, promovendo por outro lado a segregação dos utilizadores, como a indústria e turismo, isto, face as suas especificações e propósitos.

Para os utilizadores não-domésticos, este sistema tarifário prevê 2 escalões, sendo o primeiro escalão (até 20 m³), com um valor ligeiramente acima do custo médio, com objetivo de salvaguardar a posição do pequeno comércio, em relação aos interesses dos grandes utilizadores de água, assumindo desde já que estes se encontram no 2º escalão.

Em alternativa ao abastecimento de água por rede, o sistema tarifário prevê, ainda, tarifas com vista a prestação de serviço de abastecimento de água por via de chafarizes e por via de autotanques. Por sua vez, o serviço de abastecimento auto tanque é dividido em duas tarifas. Serviços de auto tanques para uso de serviços públicos e serviço de auto tanque para outros usos.

No Quadro 7, abaixo, expõe-se a Estrutura Tarifaria (provisoria) proposta para a Águas de Santiago, os escalões definidos que farão parte do sistema tarifário para os utilizadores domésticos e não-domésticos, bem como os respetivos valores.

Quadro 7: Sistema Tarifário Proposto

Ano: 2015

IVA
15%

Aguas de Santiago			
Tarifário - Água		Valor s/IVA	Valor c/IVA
Tarifa variável (ECV/m³)			
Doméstico Normal			
	1º Escalão - 0 a 5 m³	200	230,0
	2º Escalão - > 5 a 10 m³	300	345,0
	3º Escalão - > 10 m³	475	546,3
Doméstico Família Numerosa (Condicionado à Identificação dessas Famílias) *			
	1º Escalão - 0 a 5 + 1n m³	200	230
	2º Escalão - > 5+1n a 10 + 1n m³	300	345
	3º Escalão - > 10 + 1n m³	475	546,3
Outros			
	<u>Chafariz</u>	200	230
	<u>Autotanque - Uso Serviços Públicos</u>	200	230
	<u>Autotanque - Outros Usos</u>	475	546,3
Não doméstico			
	<u>Comercio e Serviços</u>		
	1º Escalão - 0 a 20 m³	300	345
	2º Escalão - > 20 m³	475	546,3
	<u>ONGs, Aut. Locais, Estado, P. C. Públicas e Empresas Públicas</u>	300	345
	<u>Turismo</u>	475	546,3
	<u>Industria</u>	475	546,3
Tarifa fixa (ECV/30 dias)			
	≤ 20 mm	240	276
	25 a 40mm	480	552
	50 mm	960	1104
	> 50 mm	1200	1380
Outras Prestações de Serviços			
	Ligação à rede - por novo contrato	736,52	847
	Ligação à rede - por corte por falta de pagamento	1256,52	1445
	Vistoria das instalações	736,52	847
	Aferição de contadores - pedido com fundamento não confirmado	736,52	847
Tarifário Variável - Saneamento		20%	20%
Tarifa fixa Saneamento - (ECV/30 dias)		0,0	0,0

Obs.: * Não se levou em consideração o número de clientes beneficiários deste tarifário porque ainda não foi concluído, pelo órgão competente, o estudo para a identificação destas famílias. Ou seja, este tarifário apenas será aplicado a águas de Santiago quando dispor o respetivo cadastro ou um mecanismo que propicie identificar as famílias numerosas que beneficiarão das tarifas para as famílias numerosas, mas dentro daquilo que for aprovado pelo Governo na política tarifária nacional.

VII – CONCLUSÃO

A presente proposta tem como objetivo apresentar um sistema tarifário temporário para a empresa de serviços de água e saneamento da ilha de Santiago, Águas de Santiago.

Assim, a proposta tarifaria a ser considerada incide sobre um sistema tarifário bipartido por escalões crescentes e por regime de escalão preenchido, com três tipos de utilizadores, quais sejam: Domésticos Normal, Domésticos Família Numerosa e Não-domésticos. Em relação aos utilizadores domésticos normal compreende 3 escalões, sendo que no primeiro escalão é fixado um valor abaixo do correspondente do custo médio, tendo em conta disponibilidade e capacidade de pagamento para atender os mais vulneráveis, sem descorar da sustentabilidade económica da operadora Águas Santiago. O segundo escalão compreende uma tarifa ao nível do custo médio e, por fim, o terceiro escalão, com uma tarifa mais elevada aplicada aos utilizadores com maior perfil de consumo e capacidade de financeira. Quanto a tarifa fixa dos utilizadores domésticos, é assegurada conforme o calibre do contador que o utilizador possui, dado que, incita variações sobre o perfil do consumo.

Relativamente aos utilizadores não-domésticos, optou-se por agregar na mesma tipologia os utilizadores como o estado, as autarquias locais, pessoas coletivas públicas e empresas públicas e em outra tipologia utilizadores como indústria e turismo.

Com base nas análises efetuadas das tarifas propostas, conclui-se que, estas permitirão atingir rendimentos suficientemente capaz de cobrir os gastos estimados da Águas de Santiago.

Por fim, é de salientar que a presente proposta tarifaria é provisória e constitui simplesmente uma fase para a concretização do novo sistema tarifário dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas na ilha de Santiago, particularmente, para a entrada em funcionamento da operadora Águas Santiago.

VIII – REFERENCIAS

- EBES, Consultores Lda. Estudo de Viabilidade Económica do Sector da Água (2013): Relatório Final: *Deliverables 5 and 6*. 2013.

- EBES, Consultores Lda. Estudo Tarifário: *Relatório Final*. 2013.

.

Decretos-leis:

- Decreto nº 167/87, de 31 de Dezembro
- Decreto-Legislativo nº 5/99 de 13 de Dezembro,
- Decreto-Lei n.º 75/99 de 30 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 26/2003, de 25 de Agosto.
- Decreto-Lei n.º 27/2003

